



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2025

Aos Acionistas da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.

A Administração da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. submete à apreciação dos seus acionistas e demais interessados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas e o Relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ambiente Macroeconômico

No fim de 2024, as previsões para 2025 indicavam inflação acima da meta, perto de 5%, crescimento do PIB estimado em 2%, cotação do dólar um pouco abaixo de R\$ 6,00 e a taxa Selic em 15%. Havia também uma incerteza sobre a condução da política monetária em função da iminente mudança da presidência do BC, em especial como seria o comportamento diante do desafio fiscal e da inflação em ascensão.

Ao longo de 2025 o COPOM promoveu 3 aumentos na taxa Selic, passando de 12,25% para 15%, patamar que vigorou até o fim do ano. Taxas dessa magnitude têm impacto direto na restrição de crédito que, por sua vez, arrefece a atividade econômica e tem como objetivo final a redução da inflação. Outra consequência foi o número recorde de inadimplência de pessoas físicas e jurídicas, além do maior nível histórico de recuperações judiciais de empresas.

A inflação esteve acima do teto superior da meta praticamente durante todo o ano de 2025 e arrefeceu durante o segundo semestre, convergindo para 4,26% apenas em dezembro, ainda assim bem longe do centro da meta, que é de 3%.

A economia brasileira desacelerou ao longo de 2025, com crescimento estimado de 2,2%, bem abaixo do crescimento global estimado pelo Banco Mundial em 3,3%. A venda de caminhões novos encolheu 12,1% de 141,2 mil para 124,1 mil, devido ao alto custo do financiamento.

A dívida pública segue em níveis preocupantes e os sinais indicam que permanecerão assim em função do ano eleitoral que se inicia. Mesmo com o constante aumento da arrecadação, o Tesouro Nacional estima que a dívida pública subirá de 79,3% para 83,6% do PIB entre 2025 e 2026.

Desempenho Operacional

A Autotrac seguiu sua trajetória de inovação no mercado de monitoramento e rastreamento com o lançamento de novos produtos e serviços, bem como com o aprimoramento dos atuais.

O Autotrac FIT NG, lançado em 2025, une a simplicidade de um equipamento de baixo custo com a flexibilidade de diversos acessórios BLE como, por exemplo, chaves identificadoras de motorista e sensores de temperatura e umidade, de forma modular. Outro produto lançado foi o Autotrac BLOCK, produto voltado para a segurança do veículo com mecanismo de bloqueio pulverizado para inviabilizar a tentativa de desbloqueio de veículos. Esse produto tem enorme apelo junto ao mercado segurador.

No mercado de transporte fluvial e marítimo a Autotrac é uma das raras empresas homologadas pela Marinha do Brasil no SISTRAM – Sistema de Informações de Tráfego Marítimo. Isso permite à Autotrac ampliar a sua participação nesse mercado em que é referência. Na linha de produtos Starlink a Autotrac lançou o Portal Autotrac Starlink, onde os clientes podem acessar os planos contratados, os consumos diário e mensal, a telemetria e as estatísticas de conexão, configurar alertas de consumo etc., ou seja, ter total controle de seus equipamentos.

Ainda no contexto da Starlink, a Autotrac lançou o Autotrac Manager, o primeiro aplicativo do mercado que controla o canal celular e o canal satelital Starlink, o chaveamento entre eles e ainda possui ferramentas de controle de acesso à internet.

Para todos os equipamentos usuários de Telemetria a Autotrac ativou a Telemetria BI, ferramenta de análise de dados que potencializa as informações extraídas dos dados de telemetria, gerando mais resultado e economia para os clientes.

Na linha One foi lançada a nova versão do SV One totalmente remodelada e com visual mais moderno e intuitivo. Houve aprimoramento no equipamento e redução do seu tamanho, permitindo praticar preços mais acessíveis.

No Jornada Business foram adicionadas diversas funcionalidades de usabilidade, novas opções de pagamento de pernoite, ampliação de registro de ocorrências e, principalmente, criação de novos dashboards para acompanhamento das jornadas dos motoristas.

No Supervisor foi dada especial atenção à segurança de acesso, adotando padrões mais rígidos de senha e autenticação dos usuários. Novos relatórios e dashboards com mapas de calor, associados a ferramentas de BI ampliaram a qualidade e a quantidade de informações para tomada de decisão.

Em 2025, a Academia Autotrac de Capacitação Profissional consolidou sua transição tecnológica e estratégica, passando a denominar-se Academia.IA. Este movimento marcou um ano de fortes investimentos em Inteligência Artificial, destacando-se a mentoria exclusiva para gerentes regionais e comerciais. O foco desta iniciativa foi capacitar a liderança no uso da IA para análise de resultados e ações comerciais em campo, otimizando a implementação de melhorias junto à rede de concessionárias.

A inovação tecnológica também foi direcionada à criação de uma agente/assistente de IA própria, alimentada com todo o conteúdo de treinamentos dos últimos seis anos. Este projeto, com lançamento previsto para março de 2026, funcionará como um suporte inteligente e contínuo para a rede. Paralelamente, a Companhia iniciou a modernização de sua infraestrutura educacional com a migração do antigo sistema LMS para a plataforma de EAD. O processo incluiu a transferência de todo o acervo de conteúdo e prepara o terreno para um grande programa de reciclagem de treinamento no primeiro trimestre de 2026.

No âmbito da eficiência comercial, a Academia.IA implementou uma consultoria de Inside Sales dedicada ao Call Center. O projeto revisou processos, treinou a equipe interna e desenvolveu lideranças com o objetivo de ampliar os resultados da área, tendo continuidade confirmada para o próximo ano. Além disso, foram mantidas as tradicionais lives mensais de acompanhamento para todo o time comercial e de líderes da rede de concessionárias, garantindo o alinhamento constante com as políticas, planos e incentivos comerciais da Autotrac.

Por fim, o ano de 2025 foi marcado por ações intensivas de acompanhamento e treinamento de novos vendedores e concessionários, visando acelerar a curva de aprendizado sobre produtos, serviços e metodologias comerciais. Todas estas iniciativas reafirmam o compromisso da Academia.IA em garantir que a força de vendas esteja plenamente capacitada para oferecer um atendimento de excelência ao cliente final.

A Autotrac deu continuidade às auditorias periódicas para manter as certificações do Sistema de Gestão da Qualidade, com base na norma ABNT NBR ISO 9001:2015, e do Sistema de Gestão de Segurança da Informação, conforme a norma ABNT NBR ISO/IEC 27001:2022. Essas auditorias reforçam o compromisso da Companhia com a qualidade dos processos internos, a segurança das informações e a satisfação de seus clientes, atestando seu empenho em atuar com elevados padrões de qualidade e segurança em todos os aspectos de cada processo e serviço prestado.

Para fortalecimento da marca e divulgação de seus produtos e serviços, a Autotrac esteve presente em diversos eventos organizados por entidades do mercado de logística e transportes no decorrer do ano, como, por exemplo, no CONECT (PR e RS), em diversas

etapas do ITINERANTE NTC (SP, PR, ES e RJ), na INTERMODAL (SP), na COMJOVEM (DF), no Frotas Conectadas (SP), no Logística do Futuro (SP), no ROTA DE SUCESSO (PB) e na TRANSPOSUL (RS), ambientes nos quais há forte interação da Companhia com milhares de visitantes e clientes espalhados por todo o país. A Autotrac participou também do SENDI (MG), maior evento de distribuição de energia elétrica, e pode mostrar todas suas soluções, em especial as que envolvem os produtos Starlink.

Em 2025 a Autotrac lançou seu novo site, muito mais dinâmico e interativo, totalmente remodelado e adaptado às novas tecnologias de criação e de medição. Novas campanhas nas redes sociais ampliaram a base de perfis, que passaram agora a ter um local para busca de mais informações sobre a Autotrac e seus produtos.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2025, a Autotrac superou novamente os R\$ 300 milhões de receita bruta, o lucro consolidado antes do imposto de renda e da contribuição social foi de R\$ 97 milhões e o lucro líquido, também consolidado, fechou em R\$ 72 milhões.

Seguindo sua política de investimentos constantes no negócio, a Autotrac investiu cerca de R\$ 5 milhões com recursos próprios, aplicados principalmente na aquisição e manutenção de ativos utilizados na operação da Companhia, em especial nas estações terrenas de comunicação, localizadas em Brasília e Anápolis.

Reconhecimento

Em cerimônia realizada no dia 25 de novembro de 2025, em São Paulo, com a presença de cerca de 700 executivos e empresários do setor de transportes, a Autotrac recebeu pela vigésima vez o prêmio “Maiores & Melhores do Transporte”, na categoria “Monitoramento e Rastreamento”, com base na avaliação de nove indicadores obtidos a partir das demonstrações financeiras das empresas mais representativas do segmento: receita operacional líquida, patrimônio líquido, lucro líquido, liquidez corrente, endividamento geral, rentabilidade da receita, retorno do patrimônio líquido, produtividade de capital e crescimento da receita.

Nesta edição, foram analisados os balanços de 1.181 empresas de 40 segmentos relacionados à atividade de transporte, referentes aos resultados do exercício de 2024. Em sua categoria, do total de 90 pontos possíveis de serem obtidos no ranking de avaliação, a Autotrac conquistou 85 pontos, sendo que em 5 itens a Companhia recebeu a pontuação máxima (10 pontos) e em nenhum dos indicadores analisados teve pontuação abaixo de oito.

Além desta importante premiação, a Autotrac recebeu outros reconhecimentos de clientes - como fornecedor do ano - além de certificados de homologação de novos produtos em grandes embarcadores e seguradoras de carga.

Sustentabilidade

Em janeiro de 2025, a Autotrac deu um passo estratégico ao ingressar no mercado livre de energia. Essa iniciativa possibilitou a utilização de energia proveniente de fontes limpas e renováveis, reforçando o compromisso da Companhia com a sustentabilidade ambiental. Além do impacto positivo para o planeta, a mudança trouxe ganhos econômicos relevantes, com uma expressiva redução de custos. A decisão fortalece a eficiência operacional da Autotrac e demonstra o alinhamento entre responsabilidade ambiental e gestão financeira sustentável.

Recursos Humanos

No exercício de 2025, a Autotrac manteve o foco no fortalecimento de sua gestão de pessoas como elemento essencial para a sustentação da estratégia corporativa e dos resultados do negócio. As iniciativas conduzidas ao longo do período estiveram direcionadas ao engajamento dos colaboradores, à consolidação da cultura organizacional, à promoção da saúde e do bem-estar, bem como ao suporte às áreas estratégicas da Companhia.

Um importante indicador desta estratégia foi o atingimento de elevado Índice de Favorabilidade na Pesquisa de Clima Organizacional GPTW no ano de 2025, resultado que garantiu à Autotrac a certificação como um excelente lugar para trabalhar.

A Semana da Saúde foi realizada com foco na promoção do bem-estar físico, mental e emocional dos colaboradores, por meio de ações educativas e preventivas alinhadas às boas práticas de saúde corporativa. A programação contemplou iniciativas voltadas à qualidade de vida no trabalho, prevenção de doenças ocupacionais e estímulo ao autocuidado.

Responsabilidade Social

Em 2025 a Autotrac realizou mais uma edição da Árvore Solidária, iniciativa que reforça o compromisso da companhia com a responsabilidade social e o engajamento solidário. Neste ano, a ação beneficiou a instituição Ato Social, creche e berçário localizados na Cidade Estrutural (DF), que atende 93 crianças, com idades entre 6 meses e 5 anos, em período integral, sem o recebimento de auxílio governamental.

Por meio da Árvore Solidária, a Autotrac mobiliza seus colaboradores em torno de uma causa coletiva, promovendo empatia, cidadania e impacto social positivo, alinhados aos valores da companhia e à construção de um futuro mais justo e sustentável.

Perspectivas

A expectativa geral para o ano de 2026 é de queda na taxa de juros a partir do segundo trimestre, podendo terminar o ano entre 12% e 12,5%, caso a inflação se mantenha abaixo do limite da meta do Banco Central, que é de 4,5%. O último Boletim Focus estima uma inflação anual de 4,06%.

Esse patamar restritivo de juros seguirá afetando a economia, dificultando o investimento privado e a expansão dos negócios. Por outro lado, deve haver aumento do dinheiro em circulação pela ampliação da faixa de isenção do imposto de renda e, por se tratar de ano eleitoral, pelo aumento de repasse dos programas sociais.

Ainda que 2026 possa ser desafiador por ser um ano eleitoral, a Autotrac conta com sólida estrutura de capital, amplo portfólio de produtos e serviços, uma qualificada rede de concessionários de abrangência nacional e atende uma carteira diversificada de clientes, condições que a habilitam a ter um resultado sólido.

O ano de 2025 trouxe grandes aprendizados e conquistas, que nos capacitam perseguir resultados ainda melhores, sem nunca esquecer de nossos clientes, colaboradores, rede de concessionários, fornecedores e acionistas. Agradecemos a todos pela confiança e pelo apoio depositados no exercício e ao longo da nossa história.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ATIVOS					
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.120	1.336	7.188	1.568
Contas a receber de clientes	4	64.626	73.844	64.783	74.054
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	14	123	5.123	-	5.000
Estoques	5	60.994	55.964	61.352	56.860
Impostos a recuperar		97	106	97	106
Outros créditos		6.699	785	7.283	1.534
Total dos ativos circulantes		139.659	137.158	140.703	139.122
NÃO CIRCULANTES					
Contas a receber de clientes	4	31.182	31.000	31.182	31.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.a	4.449	3.269	4.449	3.269
Outros créditos		6.374	10.033	6.378	10.034
Investimento em controlada	6	450	1.284	-	-
Imobilizado	7	51.177	54.343	51.234	54.449
Direito de Uso - Arrendamento	9	4.329	5.191	4.329	5.191
Intangível	8	18.969	19.756	18.968	19.756
Total dos ativos não circulantes		116.930	124.876	116.540	123.699
TOTAL DOS ATIVOS		256.589	262.034	257.243	262.821

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTES					
Fornecedores	10	17.998	16.017	17.963	16.033
Fornecedores - partes relacionadas	14	1.516	7.699	1.516	7.699
Financiamentos - antecipação de recebíveis	22.b	22.737	7.902	22.737	7.902
Arrendamentos	22.a	1.332	1.221	1.332	1.221
Obrigações fiscais	11	14.649	17.539	14.718	17.643
Salários e obrigações sociais	12	7.221	7.097	7.328	7.205
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.b	40.717	12.750	40.717	12.750
Outras obrigações		969	688	1.413	1.049
Total dos passivos circulantes		107.139	70.913	107.724	71.502
NÃO CIRCULANTES					
Financiamentos - antecipação de recebíveis	22.b	10.806	8.035	10.806	8.035
Arrendamentos	22.a	2.997	3.970	2.997	3.970
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	639	382	639	382
Dividendos a pagar	16.e	37.206	-	37.206	-
Total dos passivos não circulantes		51.648	12.387	51.648	12.387
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16	70.000	70.000	70.000	70.000
Reserva de lucros		30.146	61.916	30.146	61.916
Dividendos adicionais propostos		6.354	54.929	6.354	54.929
Ajuste acumulado de conversão		(8.698)	(8.111)	(8.698)	(8.111)
Total do patrimônio líquido atribuível aos controladores		97.802	178.734	97.802	178.734
Participação de não controladores		-	-	69	198
Total do patrimônio líquido		97.802	178.734	97.871	178.932
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		256.589	262.034	257.243	262.821

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continuação



Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.
CNPJ: 40.281.347/0001-74

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	17				
Venda de serviços		228.683	237.476	229.916	238.941
Venda de mercadorias		54.913	77.470	55.022	77.669
		283.596	314.946	284.938	316.610
CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS					
Custo dos serviços prestados	18	(83.788)	(86.196)	(84.254)	(86.553)
Custo dos produtos vendidos	18	(40.984)	(56.637)	(41.100)	(56.780)
		(124.772)	(142.833)	(125.354)	(143.333)
LUCRO BRUTO					
Venda de serviços		144.895	151.280	145.662	152.388
Venda de mercadorias		13.929	20.833	13.922	20.889
		158.824	172.113	159.584	173.277
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	18	(18.593)	(18.460)	(19.548)	(19.346)
Comerciais	18	(41.443)	(49.283)	(41.635)	(49.504)
Tributárias	18	(1.922)	(1.101)	(2.022)	(1.200)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(247)	143	-	-
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas		5.270	2.891	5.270	2.891
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		101.889	106.303	101.649	106.118
Resultado financeiro					
Receita financeira	19	911	1.759	1.113	2.036
Despesa financeira	19	(6.407)	(3.211)	(6.407)	(3.211)
Variações cambiais, líquidas	19	581	(670)	581	(670)
Resultado financeiro		(4.915)	(2.122)	(4.713)	(1.845)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		96.974	104.181	96.936	104.273
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13				
Correntes		(26.468)	(28.552)	(26.468)	(28.622)
Diferidos		1.181	(388)	1.181	(388)
		(25.287)	(28.940)	(25.287)	(29.010)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		71.687	75.241	71.649	75.263
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Proprietários da controladora		71.687	75.241	71.687	75.241
Participação de não controladores		-	-	(38)	22
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		71.687	75.241	71.649	75.263
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ (BÁSICO E DILUÍDO)		896,09	940,51		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITAS					
Vendas de produtos e serviços (líquida de devoluções e abatimentos)		323.336	362.482	324.700	364.173
Outras receitas		6.076	2.792	6.076	2.792
Provisão para perdas de créditos esperadas		(1.718)	(1.249)	(1.718)	(1.249)
		327.694	364.025	329.058	365.716
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados		(85.098)	(115.293)	(85.153)	(115.384)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(32.320)	(38.804)	(32.511)	(39.001)
		(117.418)	(154.097)	(117.664)	(154.385)
VALOR ADICIONADO BRUTO		210.276	209.928	211.394	211.331
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		(13.925)	(15.755)	(13.928)	(15.766)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial		(247)	143	-	-
Receitas financeiras		1.491	1.759	1.695	2.047
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		197.595	196.075	199.161	197.612
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		(33.909)	(32.580)	(35.325)	(33.827)
Benefícios		(7.918)	(7.358)	(7.918)	(7.358)
F.G.T.S		(2.158)	(1.968)	(2.158)	(1.968)
		(43.985)	(41.906)	(45.401)	(43.153)
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		(66.377)	(66.307)	(66.465)	(66.475)
Estaduais		(3.519)	(2.939)	(3.519)	(2.939)
Municipais		(5.272)	(5.490)	(5.305)	(5.520)
		(75.168)	(74.736)	(75.289)	(74.934)
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros e variação cambial passiva		(6.407)	(3.882)	(6.408)	(3.891)
Aluguéis		(348)	(310)	(414)	(371)
		(6.755)	(4.192)	(6.822)	(4.262)
Remuneração de capitais próprios:					
Juros sobre o capital próprio propostos e dividendos		(65.333)	(20.312)	(65.333)	(20.312)
Lucros retidos		(6.354)	(54.929)	(6.354)	(54.929)
Participação dos não controladores nos lucros retidos (somente para consolidação)		-	-	38	(22)
		(71.687)	(75.241)	(71.649)	(75.263)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(197.595)	(196.075)	(199.161)	(197.612)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 - (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício		71.687	75.241	71.649	75.263
Despesas (receitas) que não afetam caixa e equivalentes de caixa:					
Provisão para perdas de créditos esperadas	4	1.718	1.249	1.718	1.249
Provisão para perdas de estoques		1.209	-	1.209	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	247	(143)	-	-
Ganho na alienação de imobilizado		(18)	(2.126)	(18)	(2.126)
Valor residual de bens do ativo imobilizado baixado		313	868	396	871
Ajuste a valor presente - contas a receber		439	1.331	439	1.331
Depreciação e amortização	7, 8 e 9	13.925	15.755	13.928	15.766
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	13.b	25.287	28.940	25.287	29.010
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	340	(366)	340	(366)
Reversões de provisões para garantias, líquidas		(115)	(28)	(115)	(28)
Juros de arrendamento	22.a	486	59	486	59
Juros de antecipação de recebíveis	22.b	4.326	-	4.326	-
Variações cambiais de fornecedores		-	661	-	661
		119.844	121.441	119.645	121.690
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes e partes relacionadas		(22.678)	(32.766)	(22.731)	(33.234)
Estoques		(6.465)	(2.200)	(5.927)	(2.631)
Impostos a Recuperar		9	93	9	93
Outros créditos (circulante e não circulante)		(2.255)	(2.463)	(2.093)	(2.873)
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas		(6.174)	4.140	(6.225)	4.153
Obrigações fiscais		(5.093)	2.185	(5.058)	2.099
Salários e obrigações sociais		124	144	124	234
Outras obrigações		395	61	478	301
Caixa gerado pelas atividades operacionais		77.707	90.635	78.222	89.832
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.114)	(29.407)	(26.114)	(29.407)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	15	(83)	(1.801)	(83)	(1.801)
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	22.a	(486)	(59)	(486)	(59)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		51.024	59.368	51.539	58.565
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisições de imobilizado e intangível	7, 8 e 23	(6.793)	(9.995)	(6.793)	(10.071)
Venda de imobilizado		30	40	30	40
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(6.763)	(9.955)	(6.763)	(10.031)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Arrendamentos e financiamentos:					
Financiamento (antecipação de recebíveis)	22.b	53.166	15.936	53.166	15.936
Reestruturação contratual de antecipação de recebíveis	22.b	(10.329)	-	(10.329)	-
Pagamento de obrigações assumidas por meio de arrendamento	22.a	(1.305)	(1.622)	(1.305)	(1.622)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(80.009)	(69.708)	(80.009)	(69.708)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(38.477)	(55.394)	(38.477)	(55.394)
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(679)	539
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.784	(5.981)	5.620	(6.321)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.336	7.317	1.568	7.889
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		7.120	1.336	7.188	1.568
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		5.784	(5.981)	5.620	(6.321)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto dividendos e juros sobre o capital próprio por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Reserva de conversão de moeda estrangeira	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível à controladora	Participações de não controladores	Total
			Legal	Incentivos fiscais	Investimentos						
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		70.000	14.000	6.697	32.206	58.626	(8.579)	-	172.951	103	173.054
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2023 (R\$ 0,73 por ação)		-	-	-	-	(49.614)	-	-	(49.614)	-	(49.614)
Ganho na conversão de investida no exterior	6	-	-	-	-	-	468	-	468	72	540
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	75.241	75.241	22	75.263
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva para investimento	16.e	-	-	-	5.000	(5.000)	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	16.d	-	-	4.012	-	(4.012)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,13 por ação)	16.b	-	-	-	-	-	-	(10.013)	(10.013)	-	(10.013)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,14 por ação)	16.b	-	-	-	-	-	-	(10.299)	(10.299)	-	(10.299)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,69 por ação)	16.b	-	-	-	-	54.929	-	(54.929)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		70.000	14.000	10.709	37.206	54.929	(8.111)	-	178.734	197	178.932
Pagamento de dividendos adicionais relativos a 2024 (R\$ 0,69 por ação)		-	-	-	-	(49.492)	-	-	(49.492)	-	(49.492)
Perda de conversão de investida no exterior	6	-	-	-	-	-	(587)	-	(587)	(92)	(679)
Realização de reserva de lucros	16.e	-	-	-	(37.206)	-	-	-	(37.206)	-	(37.206)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	71.687	71.687	(38)	71.649
Destinação do lucro líquido do exercício:											
Reserva de incentivos fiscais	16.d	-	-	5.437	-	(5.437)	-	-	-	-	-
Dividendos relativos a 2025 creditados/pagos (R\$ 0,57 por ação)		-	-	-	-	-	-	(45.561)	(45.561)	-	(45.561)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,15 por ação)	16.b	-	-	-	-	-	-	(12.333)	(12.333)	-	(12.333)
Dividendo mínimo obrigatório (R\$ 0,09 por ação)	16.b	-	-	-	-	-	-	(7.439)	(7.439)	-	(7.439)
Dividendos adicionais propostos (R\$ 0,08 por ação)	16.b	-	-	-	-	6.354	-	(6.354)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		70.000	14.000	16.146	-	6.354	(8.698)	-	97.802	67	97.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	71.100	75.709	70.970	75.803
		2025	2024	2025	2024	RESULTADO ABRANGENTE ATRIBUÍVEL A				
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		71.687	75.241	71.649	75.263	Proprietários da controladora	71.100	75.709	71.062	75.731
Outros resultados abrangentes:						Participação de não controladores	-	-	(92)	72
Ganho/Perda de conversão de investida no exterior	6	(587)	468	(679)	540	RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	71.100	75.709	70.970	75.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. (doravante denominada “Autotrac”, “Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Brasília - DF, que iniciou suas atividades em 1994, e tem por objetivo comercializar equipamentos e prestar serviços referentes a sistemas de controle de veículos terrestres e aquaviários aplicados à gestão e segurança dos transportes. A Companhia desenvolve produtos e serviços para o setor de transportes, “*utilities*”, órgãos de governo e pessoas físicas, provendo soluções para gerenciamento logístico e de risco, comunicação, transmissão e integração de dados. Em 1999, a Companhia constituiu a empresa Omnitracs S.A. (“Controlada”), localizada na cidade de Buenos Aires, Argentina. A Companhia atende seus clientes por meio de autorizadas e “*home offices*” instalados nos principais centros urbanos do país, possibilitando atendimento na maioria dos municípios.

2. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Continuidade operacional

A Companhia tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que essa possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, a Companhia continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

Políticas contábeis materiais:

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida e se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as políticas contábeis adotadas no Brasil e abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada mencionadas na nota explicativa nº 6. As contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado da controlada, sediada na Argentina, foram convertidas da moeda funcional da controlada (“Pesos Argentinos”), para reais - R\$ (moeda funcional da Companhia) com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento do exercício.

Na consolidação, é eliminada a participação da Controladora no patrimônio líquido da controlada, bem como os saldos ativos e passivos, ou outras transações eventualmente efetuadas entre essas empresas.

A parcela relativa aos não controladores no patrimônio líquido das controladas é apresentada destacadamente no patrimônio líquido consolidado. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das referidas controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

2.3.1. Aplicação da norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida.

O CPC 42 exige a divulgação dos resultados das operações da Companhia na Argentina como se fossem altamente inflacionárias a partir de 1º de janeiro de 2018 (início do período em que se identifique a existência de hiperinflação). De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. Como consequência, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras do CPC 42 da seguinte forma:

- A norma de contabilidade e evidenciação de economia altamente inflacionária foi aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018 (conforme parágrafo 4 do CPC 42, a norma deverá ser aplicada para as demonstrações financeiras de qualquer entidade desde o início do período em que se identifique a existência de hiperinflação).
- Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico (por exemplo, ativos imobilizados, ativos intangíveis, ágio, etc.) e o patrimônio líquido da subsidiária na Argentina foi atualizada por um índice de inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 31 de dezembro de 2017 foram reportados nos lucros acumulados e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1º de janeiro de 2018 foram reportados na demonstração de resultados, no resultado financeiro (nota explicativa nº 19). O CPC 42 não define um índice geral de preços, porém permite que seja utilizado o julgamento. Dessa forma, os índices utilizados foram baseados na resolução 539/18 emitida pela Federação Argentina de Conselho de Profissionais de Ciências Econômicas: i) de 1º de janeiro de 2017 em diante o IPC nacional (índice nacional de preço ao consumidor); ii) até 31 de dezembro de 2016 o IPIM (índice interno de preços ao atacado).
- A demonstração de resultado é ajustada no final de cada período de reporte utilizando a variação do índice geral de preços e, posteriormente, convertida à taxa de câmbio de fechamento de cada período (em vez da taxa média acumulada no ano para economias não altamente inflacionárias), resultando assim no acumulado do ano os efeitos, nas contas de resultado, tanto do índice de inflação quanto para conversão de moeda.
- A demonstração de resultado do exercício completo de 2025 das operações na Argentina foi convertida a uma taxa média de 0,02 real por peso argentino. A demonstração de resultado da Controlada em 31 de dezembro de 2025 foi convertida à taxa de fechamento nessa mesma data de 0,02 real por peso argentino. Em decorrência do pronunciamento técnico CPC 42, a Companhia calculou os impactos da conversão dos índices inflacionários e apurou que seu efeito não é material para as demonstrações financeiras visto a magnitude das contas de sua Controlada.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários com prazos para resgate de até 90 dias contados da data da aplicação e considerados de liquidez imediata e conversíveis em montante de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5. Contas a receber de clientes

São demonstradas pelos valores faturados e não faturados de competência até as datas dos balanços, reduzidos de provisão para perdas de créditos esperadas, calculada conforme critério descrito na nota explicativa nº 4, em valor considerado, pela Administração, como suficiente para atender a eventuais perdas na realização dos créditos.

2.6. Estoques

São registrados ao menor valor entre o custo médio de aquisição, acréscido dos custos de importação, e os valores líquidos de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos impostos incidentes e dos demais custos necessários para realização da venda.

2.7. Subvenções governamentais

Os empréstimos subsidiados, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, obtidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental para investimento, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor presente dos empréstimos calculado com base em taxas de juros de mercado.

Referido benefício é caracterizado pela Companhia como subvenção para investimento, cujo ganho é primariamente contabilizado a crédito de custos dos produtos vendidos, no resultado do exercício e, posteriormente, alocado como reserva de lucro específica, através da destinação do lucro do exercício. Essa reserva não pode ser distribuída ou repassada aos acionistas, conforme restrição constante do programa de incentivos fiscais ICMS Pró-DF e Emprega DF.

Adicionalmente, em caso de liquidação antecipada do empréstimo, o ganho financeiro efetivo referente à antecipação do pagamento é considerado como não sujeito à incidência de Imposto de Renda e Contribuição Social, devido à classificação deste incentivo fiscal como subvenção para investimento.

2.8. Moeda funcional

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

Os passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para Reais com base nas taxas de câmbio oficiais nas datas dos balanços. Os ativos e passivos em Reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis vigentes nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado.

A moeda funcional da controlada Omnitracs S.A. é o peso argentino, sendo que a variação cambial sobre referido investimento é registrada diretamente no patrimônio líquido na conta “reserva de conversão de moeda estrangeira”.

2.9. Imobilizado

É demonstrado ao valor de custo, deduzido pela depreciação acumulada.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo imobilizado não será recuperado. Caso tais evidências sejam identificadas, é estimado o valor recuperável do ativo, o qual é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo.

2.10. Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis são compostos de direito de uso de softwares e gastos com desenvolvimento de novos projetos incorridos conforme nota explicativa nº 8, amortizáveis levando-se em consideração sua vida útil de até dez anos.

A recuperação do saldo contábil é testada em decorrência de eventos ou circunstâncias que apresentam indicadores de perdas de valor.

2.11. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos financeiros e as atualizações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

2.12. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideradas suficientes para cobrir perdas futuras.

A provisão para garantia, objeto de contrato firmado entre a Companhia e seus clientes, é estimada com base na quantidade histórica de peças utilizadas em garantia, multiplicada pelo custo de aquisição de uma peça nova.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social corrente está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período de relatório entre os saldos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporariamente não tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporariamente não dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

2.14. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros pagos e a pagar aos acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, são registrados no resultado do período, na rubrica “Despesas financeiras”, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses valores são revertidos da demonstração do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados, como distribuição de dividendos.

Os dividendos somente são reconhecidos como uma obrigação e, portanto, registrados no passivo circulante quando da aprovação pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório, que é reconhecido como contas a pagar no encerramento de cada exercício social, conforme estabelecido pela Interpretação Técnica ICPC 08 (R1).

2.15. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.15.1. Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos oriundos à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.15.2. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida quando incorrida, desde que seja provável que os benefícios econômicos decorrentes da transação fluirão para a Companhia.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa de sua realização.

2.16. Arrendamento

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma substituiu o CPC 06 (R1) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactarão as demonstrações financeiras conforme segue:

- a) Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.
 - b) Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado.
 - c) Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração dos fluxos de caixa.
- Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo CPC 06 (R2). A Companhia também adota o expediente prático que a permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento, e, em vez disso, contabilizá-los conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

Por outro lado, os requisitos para a contabilização de arrendadores permanecem praticamente inalterados, exceto em casos de subarrendamento. Nestes, o arrendador intermediário é requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não mais por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela CPC 06 (R1).

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados na contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, observe-se a taxa incremental de captação, mensurada na data de início do contrato, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 14,25%.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos em que o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

2.17. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Na aplicação das políticas contábeis a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos ou os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a taxa de amortização do ativo intangível, provisão para perda de crédito esperada e a provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis. A Companhia revisa as estimativas e premissas ao final de cada período de relatório.

2.18. Lucro por ação

Está apresentado com base no número médio ponderado de ações existentes durante o exercício. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.

2.19. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber, empréstimos e financiamentos, dividendos e juros sobre capital próprio assim como contas a pagar a fornecedores, sendo reconhecidos pelo custo amortizado.

2.20. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está sendo apresentada pela Companhia como parte integrante de suas demonstrações financeiras, apesar de não ser requerida pela legislação societária, já que a referida demonstração é obrigatória somente para companhias de capital aberto. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período.

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas e serviços, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21. Novos CPCs, revisões dos CPCs e interpretações ICPC (Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) em vigor no exercício corrente.

Os pronunciamentos contábeis abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas Normas e Interpretações não teve impactos relevantes sobre as divulgações ou os valores divulgados nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações	Descrição
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulado Falta de conversibilidade	A Companhia adotou as alterações ao CPC 02 (R2) pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.
O CPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão “allowances” e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A Companhia adotou a orientação técnica do CPC 10 pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão “allowances” e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

2.22. Novos pronunciamentos revisados, emitidos e ainda não aplicáveis.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou os novos pronunciamentos a seguir, já emitidos e ainda não aplicáveis:

Normas e interpretações	Descrição
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa
Alterações ao IFRS 9 e ao IFRS 7	Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Dentre as normas e interpretações apresentadas, a Companhia avalia que apenas a IFRS 18, a qual possui pronunciamento contábil correspondente no Brasil, (CPC 51), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), poderá ter impacto relevante sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros, principalmente em função de novas exigências relacionadas à apresentação de categorias específicas e subtotais na demonstração do resultado, divulgações sobre medidas de desempenho definida pela Administração (“MPMs”) e aprimoramentos nos requisitos de agregação e desagregação de informações.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas correntes bancárias	7.120	1.336	7.132	1.341
Aplicações financeiras	-	-	56	227
Total	7.120	1.336	7.188	1.568

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB, em diversas instituições financeiras, com liquidez imediata, cuja taxa de remuneração média de 100,2% (104,0% em 2024) da variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do rendimento das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração a remuneração variável do CDI.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Órgãos públicos	138	292	138	292
Particulares	77.199	84.255	77.356	84.465
Serviços a faturar	28.856	28.895	28.856	28.895
	106.193	113.442	106.350	113.652
Ajuste a valor presente	(4.700)	(4.261)	(4.700)	(4.261)
Provisão para perdas de créditos esperadas	(5.685)	(4.337)	(5.685)	(4.337)
Total	95.808	104.844	95.965	105.054
Circulante	64.626	73.844	64.783	74.054
Não circulante	31.182	31.000	31.182	31.000

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	95.641	101.854	95.798	102.064
Vencidas até 30 dias	1.981	4.008	1.981	4.008
Vencidas de 31 a 60 dias	504	886	504	886
Vencidas de 61 a 90 dias	382	582	382	582
Vencidas de 91 a 180 dias	1.108	1.528	1.108	1.528
Vencidas de 181 dias a 360 dias	1.885	831	1.885	831
Vencidas acima de 360 dias	4.692	3.753	4.692	3.753
Total	106.193	113.442	106.350	113.652

As movimentações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são assim apresentadas:

	Controladora							
	Imóveis	Benfeitorias	Máquinas, equipamentos e móveis	Computadores, periféricos e central HUB	Veículos e Aeronave	Equipamentos para locação	Outros	Total
Total do custo em 31/12/2023	19.783	1.678	7.259	89.417	17.181	11.099	1.968	148.385
Adições	161	36	565	3.067	165	604	3.897	8.495
Baixas	-	-	(33)	(142)	(21.002)	(1.732)	(109)	(23.018)
Transferências	18	-	165	-	3.697	-	(3.880)	-
Total do custo em 31/12/2024	19.962	1.714	7.956	92.342	41	9.971	1.876	133.862
Adições	-	-	661	4.615	-	226	-	5.502
Baixas	-	-	-	-	-	(610)	(3)	(613)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do custo em 31/12/2025	19.962	1.714	8.617	96.957	41	9.587	1.873	138.751
Depreciação acumulada								
Total da depreciação em 31/12/2023	(6.122)	(909)	(4.130)	(56.290)	(15.422)	(3.384)	(1.496)	(87.753)
Adições	(801)	(130)	(571)	(5.600)	(1.712)	(1.074)	(114)	(10.002)
Baixas	-	-	28	140	17.093	909	66	18.236
Total da depreciação em 31/12/2024	(6.923)	(1.039)	(4.673)	(61.750)	(41)	(3.549)	(1.544)	(79.519)
Adições	(800)	(132)	(600)	(5.729)	-	(973)	(110)	(8.344)
Baixas	-	-	-	-	-	284	5	289
Total da depreciação em 31/12/2025	(7.723)	(1.171)	(5.273)	(67.479)	(41)	(4.238)	(1.649)	(87.574)
Líquido em 31/12/2024	13.039	675	3.283	30.592	-	6.422	332	54.343
Líquido em 31/12/2025	12.239	543	3.344	29.478	-	5.349	224	51.177

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 506 dias (392 dias em 2024), porém há saldos de produtos financiados cujos valores serão realizados em prazo superior a 12 meses. Para os saldos vencidos são cobrados 2% de multa mais 1% ao mês de juros sobre o saldo a receber. No caso de prestação de serviços, o faturamento é realizado mensalmente aos clientes e a partir de então é concedido um prazo médio de 46 dias. A Companhia constituiu uma provisão para perda de crédito esperada baseada na sua expectativa de perdas esperadas do contas a receber.

A Companhia antecipou recebíveis em 2025 no valor de R\$ 39.259 (circulante R\$ 24.758 e não circulante R\$ 14.501) e em 2024 no valor de R\$ 19.056 (circulante R\$ 8.622 e não circulante R\$ 10.434) e manteve os registros dos títulos no contas receber a vencer, nos termos do CPC 48, em contrapartida registrou o passivo financeiro, vide nota nº 22.

As movimentações na provisão para perda de crédito esperada foram como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	4.337	4.671
Adições	1.718	1.249
Baixas definitivas	(370)	(1.583)
Saldos no fim do exercício	5.685	4.337

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados para revenda (*)	49.585	56.299	49.943	57.195
Estoque em poder de terceiros	12.953	-	12.953	-
Provisão para obsolescência	(1.544)	(335)	(1.544)	(335)
Total	60.994	55.964	61.352	56.860

(*) Produtos para revenda estão representados pelos equipamentos de telecomunicações utilizados na operação do sistema via satélite e celular.

6. INVESTIMENTO EM CONTROLADA

Apresenta a seguinte composição:

	Omnitracs S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024
Percentual de participação	86,63%	86,63%
Valor do patrimônio líquido na data do balanço	520	1.482
Resultado do exercício	(285)	165
Valor do investimento na data do balanço	451	1.284
Resultado de equivalência patrimonial no exercício	(247)	143

A perda de variação cambial sobre o saldo do investimento no exterior em 31 de dezembro de 2025, registrada na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”, no patrimônio líquido, foi de R\$ 587 (R\$ 468 em 2024).

A movimentação ocorrida no saldo de investimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 pode ser assim apresentada:

	31/12/2025	31/12/2024
	1.284	674
Saldos no início do exercício	(247)	143
Resultado de equivalência patrimonial	(587)	468
Ganho/(Perda) na conversão das demonstrações financeiras de investida no exterior	450	1.284
Saldos no fim do exercício	450	1.284

Investimento

As principais informações das demonstrações financeiras da controlada estão demonstradas a seguir:

	Omnitracs S.A.	
	31/12/2025	31/12/2024
Balanco patrimonial:		
Ativos circulantes	1.167	2.087
Ativos não circulantes	61	107
Passivos circulantes	(708)	(712)
Patrimônio líquido	(520)	(1.482)
Resultado:		
Receita líquida das vendas	1.342	1.664
Custo das vendas	(582)	(500)
Despesas operacionais, líquidas	(1.045)	(929)
Despesas com imposto de renda	-	(70)
Lucro líquido do exercício	(285)	165

7. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	Controladora			Consolidado		
		31/12/2025		31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
		Custo	Depreciação/ amortização	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imóveis	4	19.962	(7.723)	12.239	13.039	12.239	13.039
Máquinas e equipamentos	10	5.658	(3.187)	2.471	2.207	2.495	2.242
Móveis e utensílios	10	2.959	(2.086)	873	1.076	873	1.076
Veículos	20	41	(41)	-	-	-	38
Computadores	20	7.104	(5.866)	1.238	1.299	1.271	1.332
Central HUB de gerenciamento	10	89.853	(61.613)	28.240	29.293	28.240	29.293
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.714	(1.171)	543	675	543	675
Equipamentos para locação	10	9.587	(4.238)	5.349	6.422	5.349	6.422
Imobilizado em andamento e outros	-	1.873	(1.649)	224	332	224	332
Total imobilizado		138.751	(87.574)	51.177	54.343	51.234	54.449

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado						
	Imóveis	Benfeitorias	Máquinas, equipamentos e móveis	Computadores, periféricos e central HUB	Veículos e aeronave	Equipamentos para locação	Outros
Custo							
Total do custo em 31/12/2023	19.783	1.714	7.368	89.482	17.623	11.099	1.984
Adições	161	36	601	3.096	176	604	3.897
Baixas	-	-	(33)	(142)	(21.002)	(1.732)	(109)
Transferências	18	-	165	-	3.697	-	(3.880)
Total do custo em 31/12/2024	19.962	1.750	8.101	92.436	494	9.971	1.892
Adições	-	-	660	4.616	-	226	-
Baixas	-	-	(10)	-	(453)	(610)	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Total do custo em 31/12/2025	19.962	1.750	8.751	97.052	41	9.587	1.892
Depreciação acumulada							
Total da depreciação em 31/12/2023	(6.122)	(945)	(4.236)	(56.349)	(15.829)	(3.384)	(1.512)
Adições	(801)	(130)	(571)	(5.603)	(1.720)	(1.074)	(114)
Baixas	-	-	25	140	17.093	909	66
Total da depreciação em 31/12/2024	(6.923)	(1.075)	(4.782)	(61.812)	(456)	(3.549)	(1.560)
Adições	(800)	(132)	(601)	(5.729)	-	(973)	(113)
Baixas	-	-	-	-	415	284	5
Total da depreciação em 31/12/2025	(7.723)	(1.207)	(5.383)	(67.541)	(41)	(4.238)	(1.668)
Líquido em 31/12/2024	13.039	675	3.319	30.624	38	6.422	332
Líquido em 31/12/2025	12.239	543	3.368	29.511	-	5.349	224

a) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado ("impairment")
A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
b) Bens dados em garantia
Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui bens dados em garantias de financiamentos ou processos judiciais.

8. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Controladora e Consolidado			
		31/12/2025	31/12/2024	Custo	Amortização
Sistema de processamento de dados	20	33.166	(25.290)	7.876	6.823
Desenvolvimento de novos produtos (*)	10	18.528	(8.290)	10.238	12.089
Outros	10	892	(37)	855	844
Total		52.586	(33.617)	18.969	19.756

Os ativos intangíveis da Companhia são amortizados à taxa de 10% a 20% a.a.
(*) A Companhia investiu no desenvolvimento de novo produto o valor de R\$ 18.528. Em 2021 o novo produto passou a ser fabricado e comercializado pela Autotrac. A nova Antena Banda Ku, utiliza a tecnologia satelital em substituição a antena comercializada, e possibilita a geração de receita para, no mínimo, 10 anos.
As movimentações ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 são assim apresentadas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	19.756	21.617
Adições	3.489	2.269
Amortização	(4.276)	(4.130)
Saldos no final do exercício	18.969	19.756

9. DIREITO DE USO - ARRENDAMENTO

A Composição dos bens contratados como arrendamentos são como segue:

	Taxa (a) % a.a.	Controladora e Consolidado		
		31/12/2025	31/12/2024	Amortização acumulada
Arrendamento de Imóveis	20	6.842	(2.513)	Líquido

A movimentação dos saldos dos direitos de uso no período foi como se segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldos no início do exercício	5.191	415
Adição/Remensuração	442	6.399
Amortização do período	(1.304)	(1.623)
Saldo no final do exercício	4.329	5.191

(a) A taxa média de amortização corresponde ao prazo médio dos contratos de arrendamentos dos respectivos bens de direito de uso.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais – terceiros	9.554	7.279	9.519	7.279
Serviços	6.472	8.573	6.472	8.589
Por aquisição de imobilizado	1.972	165	1.972	165
Total	17.998	16.017	17.963	16.033

O prazo médio de crédito na compra dos produtos adquiridos é de 32 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a pagar pelos primeiros 30 dias a partir da data da fatura. A partir de então, juros anuais médios da ordem de 12% a.a. são cobrados sobre o saldo a pagar. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

11. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social (*)	7.821	7.584	7.821	7.584
ICMS	252	737	252	737
Impostos sobre serviços a faturar	3.246	3.251	3.246	3.251
COFINS/PIS	1.893	2.702	1.893	2.702
IRRF	865	2.501	865	2.501
Outros	572	764	641	868
Total	14.649	17.539	14.718	17.643

(*) A Controladora tem adotado o regime trimestral para apuração do imposto de renda e contribuição social, conforme facultado pela legislação fiscal. Dessa forma, os respectivos saldos desses tributos a recolher acima são relacionados à apuração dos trimestres encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024, respectivamente.
Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 relativamente ao imposto de renda e contribuição social a recolher estão líquidos dos benefícios da Lei nº 11.196/05, conforme nota explicativa nº 13.

12. SALÁRIOS E OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar, provisão de férias e respectivos encargos sociais	3.697	3.744	3.804	3.852
INSS e FGTS sobre folha de pagamento	1.056	1.014	1.056	1.014
Participação dos funcionários e plano individual de metas	2.468	2.339	2.468	2.339
Total	7.221	7.097	7.328	7.205

15. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

	Controladora e Consolidado							
	31/12/2023	Adições	Reversões	Pagamentos	31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos
Provisões:								
Trabalhistas	783	4	(30)	(457)	300	328	-	-
Cíveis	58	38	-	(14)	82	12	-	(83)
Outros	1.708	-	(378)	(1.330)	-	-	-	-
	2.549	42	(408)	(1.801)	382	340	-	(83)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Impostos diferidos ativos		
Provisão para perdas de créditos esperadas - parcela temporariamente Indedutível (nota nº 4)	5.685	4.337
Provisão para garantia e perdas de estoque	2.063	633
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota nº 15)	639	382
Ajuste a valor presente sobre contas a receber longo prazo (nota nº 4)	4.700	4.261
Base de cálculo	13.087	9.613
Alíquota vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	4.449	3.269

A Lei nº 11.941/09 estabeleceu através do art. 18, a isenção de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para os benefícios fiscais e subvenções concedidas pelo Poder Público, que se caracterizam como subvenção para investimento. Esta isenção está condicionada a não distribuição do ganho como dividendos ou reembolso aos acionistas, como também destinada sua aplicação em investimento e expansão econômica.

b) Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	96.974	104.181	96.936	104.273
Alíquota fiscal combinada, nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	32.971	35.422	32.958	35.453
Adições e (exclusões) permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	84	(49)	-	-
Juros sobre o capital próprio	(4.193)	(3.404)	(4.193)	(3.404)
Gastos com pesquisa e desenvolvimento - Lei do Bem (*)	(3.247)	(3.079)	(3.247)	(3.079)
Outras	(328)	50	(231)	40
Despesa de imposto de renda e contribuição social	25.287	28.940	25.287	29.010
Correntes	26.468	28.552	26.468	28.622
Diferidos	(1.181)	388	(1.181)	388
Alíquota efetiva	26%	28%	26%	28%

(*) Desde o exercício de 2010, a Companhia passou a se beneficiar dos incentivos fiscais estabelecidos pela Lei nº 11.196/05, a chamada "Lei do Bem", direcionada para as empresas de desenvolvimento e tecnologia.

Os valores pleiteados anualmente estão sendo devidamente aprovados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. O impacto fiscal dos gastos com pesquisa e desenvolvimento relativos ao exercício de findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 3.247 (R\$ 3.079 em 2024).

14. PARTES RELACIONADAS

	Controladora e Consolidado			
	Ativo e Passivo Circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Omnitracs, LLC:				
Saldo de Contas a Pagar	1.516	7.699	-	-
Custo dos serviços - licença de uso de software	-	-	17.836	20.097
Total	1.516	7.699	17.836	20.097
Omnitracs:				
Saldo de contas a receber	123	123	-	-
Vendas	-	-	-	-
Total	123	123	-	-
Nelson Piquet Souto Maior:				
Ganho na alienação de ativo imobilizado	-	-	-	2.093
Saldo de contas a receber	-	5.000	-	-
Total	-	5.000	-	2.093

O valor correspondente à licença de uso de software no montante de R\$ 17.836 em 2025 (R\$ 20.097 em 2024), o qual está incluído no custo dos serviços prestados e é oriundo de transações efetuadas com a parte relacionada. Tal obrigação é calculada como um percentual sobre a receita de serviços de comunicação, líquida dos impostos.
Em 2024 o saldo do contas a receber de Nelson Piquet Souto Maior, referente ao valor remanescente da venda de uma aeronave registrada no ativo imobilizado da Companhia. Esse valor foi quitado em 2025.
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a remuneração estritamente relacionada às Diretorias operacionais foi de R\$ 3.165 apropriada no resultado nas rubricas "Custos" (R\$ 2.791 em 31 de dezembro de 2024).
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, a remuneração relacionada às Diretorias comerciais, Presidência e Conselho de Administração foi no montante de R\$ 5.646 (R\$ 4.808 em 2024), os quais estão incluídos na linha "Despesas Administrativas" e "Despesas Comerciais".
O total de remuneração dos administradores, acima mencionada, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 8.811 (R\$ 7.599 em 2024).

continua

continuação



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos prováveis

A Companhia possui provisão para riscos em 31 de dezembro de 2025 no valor de R\$ 639 representados principalmente por R\$ 11 destinados à cobertura de riscos de processos cíveis (R\$ 82 em 2024) e no valor de R\$ 628 (R\$ 300 em 2024) para cobrir riscos trabalhistas referentes a, entre outros, horas extras e equiparação salarial.

Riscos possíveis

A Companhia possui, ainda, ações em andamento, principalmente tributárias, trabalhistas, previdenciárias e cíveis, cujos prognósticos de perda conforme estimativas da Companhia e seus consultores jurídicos são considerados possíveis, razão pela qual não requerem o registro de provisões. Em 31 de dezembro de 2025, essas ações montavam aproximadamente R\$ 7.724 (R\$ 7.717 em 2024).

As principais ações com esta avaliação são as seguintes:

- CIDE: Questionamento quanto à compensação dos valores pagos indevidamente no período de janeiro de 2006 a janeiro de 2007, não incidência legislada de forma retroativa, conforme artigos 20 e 21 da Lei nº 11.452/07 no montante de R\$ 1.758 (R\$ 1.524 em 2024).
- Trabalhistas: A Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, onde são requeridos pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade e integração de verbas na remuneração que montam a R\$ 797 (R\$ 500 em 2024).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está representado por 80.000.000 (oitenta milhões) de ações ordinárias sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas, de acordo com o Estatuto Social da Companhia aprovado em Ata na 35ª (trigésima quinta) Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2014.

	Percentual de participação - %
Acionistas:	
Nelson Piquet Souto Maior	75,8
Omnitracs, LLC	13,4
Emerging Markets Venture Capital, LLC	10,8
Total	100,0

As ações conferem a seus titulares os direitos, as vantagens e as restrições previstas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social da Companhia, entre os quais destacam-se os seguintes:

i) Direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia, salvo na hipótese de adoção do voto múltiplo para a eleição de membros do Conselho de Administração.

ii) Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido, com ajustes de decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências e de acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências anteriormente formadas.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A Companhia reconhece os dividendos a pagar em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização dos Pagamentos Dividendos; ou seja, os valores somente são registrados no passivo como dividendos a pagar quando aprovados pela Assembleia de Acionistas, exceto o dividendo mínimo obrigatório que é reconhecido nas demonstrações financeiras independentemente de já terem sido ratificados pela referida assembleia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi creditado aos acionistas juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 12.333 e líquido de imposto de renda, no montante de R\$ 10.483. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi creditado aos acionistas juros sobre o capital próprio no montante bruto de R\$ 10.013 e líquido de imposto de renda, no montante de R\$ 8.511. Referidos montantes são considerados para fins de cálculo do dividendo mínimo obrigatório. Do total de juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas, R\$ 10.483 foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 6.060 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram deliberados na 41ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15/12/2025, a distribuição e pagamento de dividendos referente aos lucros do próprio exercício de 2025, no montante de R\$ 53.000, restando um saldo remanescente a pagar no montante de R\$ 40.717, a ser realizado durante o exercício de 2026. Adicionalmente, foi deliberado a distribuição de reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores, até 2024, no montante de R\$ 37.206, para pagamento durante o exercício de 2027.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram propostos pela Administração, dividendos no montante de R\$ 13.793 (R\$ 65.228 em 2024), sendo que deste montante de 2025, já estão deduzidos o valor de R\$ 7.439 (R\$ 10.299 em 2024) referem-se ao complemento do dividendo mínimo obrigatório e R\$ 6.354 (R\$ 54.929 em 2024) referem-se a dividendos adicionais propostos, a serem aprovados pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2026.

O cálculo dos dividendos propostos pela Administração, de acordo com o Estatuto Social, está demonstrado abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	71.687	75.241
Dividendo mínimo obrigatório – 25%	17.922	18.810
Juros sobre o capital próprio propostos durante o exercício, líquido de imposto de renda retido na fonte	(10.483)	(8.511)
Complemento do dividendo mínimo obrigatório	7.439	10.299

Passivo circulante:

Dividendo mínimo obrigatório a pagar	7.439	10.299
Dividendos relativos a 2025 a pagar	33.278	-
Juros sobre o capital próprio a pagar, líquido de imposto de renda retido na fonte	-	2.451
Dividendos a pagar (passivo circulante)	40.717	12.750

Vide nota explicativa nº 16, a Companhia deliberou a distribuição dos lucros do próprio exercício de 2025, no valor de R\$ 53.000, o montante de R\$ 12.283 foi pago no mês de dezembro de 2025, restando um saldo remanescente a pagar no valor de R\$ 40.717, o qual será pago aos acionistas em 2026.

c) Reserva legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Nos exercícios de 2025 e 2024 o saldo da Reserva Legal está de acordo com o limite estabelecido no Art. 193 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal

Por considerar como subvenção para investimentos, a Companhia adota o procedimento de excluir da base de cálculo dos dividendos, o ganho apurado sobre os incentivos fiscais.

Através da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2025, a Administração da Companhia ratificou a decisão de não efetuar qualquer distribuição de dividendos ou reembolso aos acionistas do referido incentivo. Esse procedimento vem sendo adotado de forma recorrente desde 2010.

e) Reserva de investimento

Através da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 2025, os acionistas não deliberaram retenção de lucros para investimento. Em 2024 através da ata da 32ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 12 de março de 2024, a retenção de lucros no valor de R\$ 5.000, como destinação de parte do lucro do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com o objetivo de custear investimentos na ampliação e manutenção do ativo imobilizado e de software utilizados na operação da Companhia.

Adicionalmente, foi deliberado na 41ª Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de reservas de lucros acumulados de exercícios anteriores, até 2024, no montante de R\$ 37.206, para pagamento durante o exercício de 2027.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta:				
Vendas de serviços	257.830	267.984	259.085	269.477
Vendas de mercadorias	66.678	97.053	66.787	97.252
	324.508	365.037	325.872	366.729
Impostos e deduções sobre vendas:				
Impostos sobre vendas de serviços	(29.147)	(30.508)	(29.169)	(30.536)
Impostos/deduções sobre vendas de mercadorias	(11.333)	(19.051)	(11.333)	(19.051)
Devoluções de mercadorias	(432)	(532)	(432)	(532)
	(40.912)	(50.091)	(40.934)	(50.119)
Receita operacional líquida:				
Vendas de serviços	228.683	237.476	229.916	238.941
Vendas de mercadorias	54.913	77.470	55.022	77.669
	283.596	314.946	284.938	316.610

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custos e Despesas por natureza:				
Consumo de matérias-primas e materiais	30.631	45.067	30.689	45.161
Serviço de instalação	3.848	5.148	3.848	5.148
Serviço de garantia e peças de reposição	3.172	3.145	3.172	3.145
Despesas com pessoal e encargos	43.256	41.935	44.672	43.136
Depreciações e amortizações	13.925	15.755	13.928	15.766
Propaganda e publicidade	3.062	3.806	3.062	3.807
Bônus	4.352	4.627	4.352	4.627
Serviço de pós-venda	4.325	7.912	4.325	7.912
Comissões sobre vendas	6.264	9.605	6.264	9.605
Licença de uso de software	20.115	22.657	20.115	22.657
Aluguel de satélite	15.470	16.634	15.470	16.634
Serviços profissionais	11.137	10.752	11.285	10.867
Remuneração dos administradores	8.811	7.598	8.811	7.598
Despesas com aeronave (exceto deprec.)	4.080	3.250	4.080	3.250
Outras despesas	14.282	13.786	14.486	14.070
Total	186.730	211.677	188.559	213.383
Despesas por função:				
Custo dos serviços prestados	83.788	86.196	84.254	86.553
Custo dos produtos vendidos	40.984	56.637	41.100	56.780
Despesas administrativas	18.593	18.460	19.548	19.346
Despesas comerciais	41.443	49.283	41.635	49.504
Tributárias	1.922	1.101	2.022	1.200
Total	186.730	211.677	188.559	213.383

19. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento de aplicação financeira	155	100	357	377
Juros ativos	639	592	639	592
Descontos obtidos	22	9	22	9
Atualização depósito judicial	95	1.058	95	1.058
Receitas financeiras	911	1.759	1.113	2.036
Encargos arrendamentos	(486)	(59)	(486)	(59)
Descontos concedidos	(11)	(23)	(11)	(23)
Juros e multas sobre impostos	(495)	(2.739)	(495)	(2.739)
Juros sobre fornecedores	(954)	(215)	(954)	(215)
Juros sobre antecipação de recebíveis e despesas bancárias	(4.461)	(175)	(4.461)	(175)
Despesas financeiras	(6.407)	(3.211)	(6.407)	(3.211)
Variações cambiais, líquidas	581	(670)	581	(670)
Total do resultado financeiro, líquido	(4.915)	(2.122)	(4.713)	(1.845)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (arrendamentos e financiamentos a pagar detalhados na nota explicativa nº 22, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital social subscrito e integralizado, reservas, lucros acumulados e participações de não controladores, conforme apresentado na nota explicativa nº 16).

b) Categorias de instrumentos financeiros

A Companhia possui instrumentos financeiros representados substancialmente por contas correntes bancárias, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, arrendamentos e financiamentos, cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros por categoria são classificados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	7.120	1.336	7.188	1.568
Contas a receber de clientes	95.808	104.844	95.965	105.054
Contas a receber de clientes – partes relacionadas	123	5.123	-	5.000
	103.051	111.303	103.153	111.622

Passivos financeiros ao custo amortizado:

Fornecedores	17.998	16.018	17.963	16.034
Fornecedores partes relacionadas	1.516	7.699	1.516	7.699
Financiamentos (antecipação de recebíveis)	33.543	15.936	33.543	15.936
Dividendos e juros sobre capital próprio	77.923	12.379	77.923	12.379
	130.980	52.032	130.945	52.048

Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- Nível 2: *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui instrumentos financeiros subsequentemente avaliados a valor justo.

c) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio (dólar norte-americano), devido ao fato de uma parcela significativa de seus produtos ser importada. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de fornecedores com parte relacionada, vinculado ao dólar norte-americano, era de R\$ 1.516 e R\$ 7.699, respectivamente. Durante 2025 e 2024, a Companhia optou por não contratar nenhum instrumento de proteção para minimizar os riscos decorrentes de possíveis oscilações da taxa de câmbio.

d) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui aplicações financeiras com taxas de juros pós-fixadas, bem como opera com antecipação de recebíveis. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas e recorre a operação de recebíveis quando a negociação das taxas de juros são atraentes.

e) Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. O saldo de contas a receber está distribuído em diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 5% ou mais do total da receita operacional líquida, nem do saldo a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual de seus clientes, para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, não requer recebimento antecipado nem garantias. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante registro da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário. No caso de contas correntes bancárias e aplicações financeiras a Administração da Companhia opera com instituições financeiras consideradas como de baixo risco pelas agências de "rating".

f) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pela gestão do risco de liquidez é da Administração da Companhia que estabeleceu uma estrutura de gestão de riscos de liquidez adequada para a gestão das exigências de financiamento e liquidez de curto, médio e longo prazos da Companhia. A Companhia administra o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, recursos bancários e reserva de recursos de empréstimo, monitorando continuamente os fluxos de caixa projetados e reais, e comparando os perfis de vencimento de ativos e passivos financeiros.

A Companhia não realizou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

21. SEGUROS

A Companhia mantém seguros para determinados bens do ativo imobilizado, bem como para responsabilidade civil. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Valor segurado	Prêmio de seguro	Vigência
Seguro compreensivo empresarial	91.744	66	29/12/2026

22. ARRENDAMENTOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Arrendamentos – CPC 06 (a)	4.329	5.192
Financiamentos – Antecipação de Recebíveis (b)	33.543	15.936
Total	37.872	21.128
Circulante	24.069	9.123
Não circulante	13.803	12.005

a) Arrendamentos – CPC 06

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial:		
Saldo de abertura	5.192	415
Adições/Remensuração	442	6.399
Juros incorridos	486	59
Pagamento de juros	(486)	(59)
Pagamento de principal	(1.305)	(1.622)
Saldo final	4.329	5.192
Circulante	1.332	1.222
Não circulante	2.997	3.970

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e não estão incluídos no passivo de arrendamento.

b) Financiamento bancário – CPC 48

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Antecipação de recebíveis	39.259	19.056
(-) Juros a apropriar	(5.716)	(3.120)
Saldo líquido	33.543	15.936
Movimentação		
Saldo de abertura	15.936	-
Adições	53.166	15.936
Baixa por realização em contrapartida ao contas a receber	(29.556)	-
Reestruturação contratual	(10.329)	-
Juros incorridos	4.326	-
Saldo final	33.543	15.936
Circulante	22.737	7.902
Não circulante	10.806	8.034

continuação



Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.
CNPJ: 40.281.347/0001-74

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia realizou cessão de venda de recebíveis, com direito de regresso, de parte de suas contas a receber a instituição financeira, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa.
O valor não foi desreconhecido do saldo de contas a receber no balanço, pois os riscos relacionados aos recebíveis não foram substancialmente transferidos.
De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, o contas a receber vendido é desreconhecido quando a Companhia entrega o controle e transfere para o comprador substancialmente todos os riscos e benefícios associados.
Em 31 de dezembro de 2025, o valor recebido pelo adiantamento (financiamento) foi contabilizado como passivo circulante e no passivo não circulante, pelo valor líquido dos encargos cobrados pelo banco. Os encargos cobrados pelo banco são reconhecidos como despesa financeira, na demonstração do resultado, pelo prazo do desconto de duplicata, utilizado a metodologia de taxa de juros efetiva.
23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Aquisição de ativo imobilizado a prazo	1.972	165
Transferência de estoque para ativo imobilizado	226	604
Baixa do contas a receber em contrapartida a antecipação de recebíveis	29.556	-
Baixa do Dividendos/JCP em contrapartida ao contas a receber (partes relacionadas)	5.000	1.000
Alienação do Imobilizado em contrapartida ao contas a receber (partes relacionadas)	-	5.000

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de Janeiro de 2026.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nelson Piquet Souto Maior
Presidente

Geraldo Piquet Souto Maior
Vice-Presidente

Jorge Kersul Filho
Conselheiro Independente

DIRETORIA

Carlos Henrique Romano Cavalcanti
Diretor Presidente

Valdecy Miguel Evangelista
Diretor Vice-Presidente

Pedro Leopoldo Medeiros Duarte
Diretor Vice-Presidente

Rodrigo Piquet Souto Maior
Diretor Vice-Presidente

Fernando Araújo Mühe
Diretor

Francisco Rogério Gomes Coutinho
Diretor

Jorge Luis Severo
Diretor

José Francelino Filho
Diretor

Márcio Veloso Toscano de Oliveira
Diretor

Rosber Neves Almeida Junior
Diretor

CONTABILIDADE

José Francelino Filho
Diretor

Ana Paula das Neves Macêdo Garcia
CRC/DF 027715/O-0
Contadora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Autotrac Comércio e Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.
Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar por não serem requeridas pela legislação societária, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 23 de janeiro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

Bruno Cunha Dutra da Silveira
Contador
CRC nº MG 112354/O-4 "T" DF



A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 29/01/2026

Documento assinado e
certificado digitalmente
conforme MP Nº 2.200-2
de 24/08/2001. A
autenticidade pode ser
conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o
QR Code para acessar a página de
Publicidade Legal no portal do **Jornal de
Brasília** ou acesse o link:
jornaldebrasilia.com.br/publicidade-legal/

